

# “À FLOR DA PELE”: MEMÓRIAS DE VIVÊNCIAS DO RACISMO E DO SEXISMO NA INFÂNCIA E NA ADOLESCÊNCIA DE ASSISTENTES SOCIAIS NEGRAS CATRUMANAS

Jussara de Cássia Soares Lopes\*

## RESUMO

Este artigo é parte de minha dissertação de mestrado que teve por finalidade conhecer e compreender os processos de naturalização do racismo e do sexismo vivenciados sistematicamente por mulheres negras na infância e adolescência, a partir das memórias de sete colaboradoras voluntárias. Estas são assistentes sociais autodeclaradas negras e provenientes do Norte do estado de Minas Gerais (identidade catrumana), a exemplo da autora deste trabalho. Os achados desta pesquisa apontam para a necessidade de aprofundar o conhecimento e desenvolver estratégias de intervenção junto às mulheres negras, com atenção às particularidades das opressões, as quais são submetidas, com foco na infância e adolescência, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990).

**Palavras-chave:** Identidade. Mulheres Negras. Infância e Adolescência. Racismo. Sexismo.

## INTRODUÇÃO

O racismo e o sexismo são processos vivenciados cotidianamente por grande parte da população brasileira, justamente em uma sociedade que se conclama democrática, mas que não se materializa como igualitária para diversos de seus segmentos. Dessa forma, nosso estudo propõe uma investigação sobre quais são os mecanismos de naturalização do racismo e do sexismo sistematicamente vivenciados na infância e na adolescência pelas mulheres negras catrumanas.<sup>1</sup> Partimos do pressuposto de que tais mecanismos de naturalização acabam se tornando essenciais no processo de constituição da personalidade da mulher negra, interferindo em seu imaginário através de uma memória ressignificada, desnudada através dos discursos e narrativas que nos foram apresentados.

Sendo assim, é um estudo acerca da trajetória de vida de mulheres negras, apresentada por elas mesmas, com enfoque na infância e adolescência tendo, como

---

\* Assistente Social pela UNIMONTES, mestre em Serviço Social pela PUC/RIO, professora auxiliar na UFOP.

objetos de análise, as mais diversas manifestações, ao longo de suas vivências, da sociedade opressora, racista e sexista em que vivemos.

As marcas que caracterizam os afrodescendentes no Brasil, especialmente a cor da pele e a textura dos cabelos, socialmente funcionam como pistas que indicam os lugares sociais reservados aos negros. Nogueira (1979) chega à conclusão de que o preconceito e as atitudes discriminatórias, nas formas em que se apresentam no Brasil, podem ser tipificados como sendo um “preconceito de marca”.

Em outras palavras, quando se nasce negro, aprende-se cedo qual é o seu lugar social, que lhe é reservado por causa da “raça”, identificada pela “marca”. Destarte, enfatizo que a proposta deste trabalho é parte de minha construção como mulher negra em uma sociedade de supremacia branca (*books*, 2008)<sup>2</sup>.

Apresentaremos, primeiramente, como se deu a construção do objeto empírico e os procedimentos metodológicos adotados para a realização deste estudo; posteriormente, apresentamos a análise das entrevistas, organizadas e tematizadas e, por fim, trazemos os aspectos conclusivos, contendo reflexões desta pesquisadora juntamente com as das mulheres negras sujeito/objeto do trabalho.

## ARTICULANDO GÊNERO, RAÇA, INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

A temática da infância e adolescência, compreendida numa perspectiva de raça e de gênero, ainda é marginalizada na produção brasileira de conhecimento. Essa negligência pode ser percebida como reflexo do contexto de opressão racista e sexista no qual estamos inseridos, entendido aqui como paradigma de uma sociedade excludente e desigual que estabelece relações de poder diferenciadas, conferindo *status* a determinados segmentos – homens, brancos, heterossexuais, etc. – em detrimento de outros. É com base neste argumento que apresentamos uma tentativa de discutir e provocar uma reflexão acerca da infância e adolescência de mulheres negras, assistentes sociais e norte-mineiras.

O Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF (United Nations International Children’s Emergency Fund) apresentou, em 2004, o relatório “Desigualdades Raciais e de Gênero entre Crianças, Adolescentes e Mulheres no Brasil, no contexto dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio”, sendo esse um dos poucos indicadores sociais que dão visibilidade às desigualdades raciais e de gênero entre crianças e adolescentes no Brasil. Dentre os dados apresentados no referido documento, destacamos que, em nosso país, mais de 800 mil crianças,

de 7 a 14 anos, estão fora das salas de aula e desses, cerca de 500 mil, são negros. Além disso, a escolarização é mais alta entre as meninas brancas, e a proporção de crianças e adolescentes negros fora da escola é 30% maior que a média nacional e duas vezes maior que a proporção de crianças brancas que não estudam.

Dos mais de 50 milhões de brasileiros que vivem na pobreza, quase 30 milhões são crianças e adolescentes, ou seja, 47,6% da população de meninos e meninas. Desses, conforme aponta o relatório, a pobreza é quase duas vezes maior entre as crianças negras que entre as brancas, e, entre as indígenas, a iniquidade é ainda maior. Outro dado relevante apresentado é que, a cada mil crianças brancas que nasceram no ano 2000, 28,5 morreram, número que sobe para mais de 44 entre as negras.

Nesse sentido, urge refletir sobre a pouca incidência de estudos sobre a infância e adolescência das meninas negras, esse “doloroso palco da percepção do racismo” (FONSECA, 2012), sendo isso o que nos moveu ao propor esta pesquisa. Para tanto, realizamos uma investigação no Banco de Teses CAPES – BTC<sup>3</sup>, portal onde encontramos resumos e informações sobre teses e dissertações defendidas junto a programas de pós-graduação do Brasil, a partir de 1987, ano de sua fundação, e apresentaremos o que encontramos, entre 1987 e 2010, último registro de teses e dissertações lançadas no portal até dezembro de 2011, quando realizamos este levantamento.

O levantamento foi feito utilizando as seguintes chaves de busca: criança negra, crianças negras, adolescente negra, adolescentes negras, menina negra, meninas negras, jovem negra, jovens negras. Após a localização dos trabalhos, realizamos uma análise qualitativa, através da leitura dos cadastros das teses e dissertações encontradas, a fim de identificar quais trabalhos articulavam gênero e raça à infância e/ou adolescência. Foi após esta segunda etapa que chegamos ao número de 20 (vinte) pesquisas.

Por outro lado, mediante leitura dos cadastros do BTC Resumos, cujo padrão de organização consiste em informações básicas do trabalho (por exemplo, nome do orientando, título do trabalho, instituição, orientador, etc.) e resumo, percebemos uma marcante inconstância no aspecto formal dos registros e a ausência de informações relevantes em alguns resumos e, em raros casos, ausência do próprio resumo. Além disso, reconhecemos os limites das chaves de busca utilizadas, que podem ter obscurecido outros estudos. Tais fatos precisam ser considerados.

Dessa forma, considerando os resultados encontrados e avaliados, enfatizamos que, se ao longo de 23 (vinte e três) anos, apenas 20 (vinte) estudos

puderam ser localizados, podemos inferir que, em média, nem uma pesquisa articulando gênero, raça e infância e/ou adolescência é realizada por ano. Além disso, destaca-se ainda que, a grande maioria dos trabalhos concentra-se na área da Educação, e que dentre os estudos encontrados, nenhum é oriundo de programas de pós-graduação em Serviço Social.

Portanto, justifica-se a necessidade de contribuir para a compreensão das mulheres negras no Brasil e, mais ainda, dar visibilidade a este segmento ainda pouco conhecido na nossa sociedade: as meninas negras. Dessa forma, esperamos fornecer pistas para a garantia dos direitos e para a proteção desse segmento, que sofre desproporcionalmente com os mecanismos de opressão construídos na nossa sociedade.

## CAMINHOS PERCORRIDOS

A escolha de um método de investigação não acontece arbitrariamente, nenhuma escolha da vida é feita dessa maneira. Há sempre motivos que animam nossas decisões, tenhamos ou não clareza deles (SILVA, 1987). Esses motivos são entendidos pela autora como significados que exprimem e traduzem a visão de mundo, de vida, do trabalho, das outras pessoas e das relações que com elas se estabelecem.

Os significados vão sendo construídos com o nosso grupo de raça, gênero, profissão, classe, localidade e são reforçados, negados ou superados ao longo da existência. Dessa maneira, este trabalho teve por propósito exprimir significados construídos ao longo da relação entre grupos, a partir da qual se detectou a necessidade de investigar a maneira como as meninas negras catrumanas absorveram as opressões do racismo e do sexismo, através do uso da memória, bem como os processos de resistência que emergiram neste contexto.

Assim como Eclea Bosi (1994), em estudo sobre a reconstrução da história da cidade de São Paulo, a partir de memórias de “velhos”, nosso interesse situou-se no que foi lembrado, no que foi escolhido para perpetuar-se na história de suas vidas e, ainda, no que foi ressignificado nessas lembranças a fim de compreender os mecanismos de recriação e naturalização das manifestações racistas e sexistas de nossa sociedade.

O estudo realizou-se com sete mulheres negras, assistentes sociais, cujo espaço social dominante em suas vidas é a região do Norte do estado de Minas Gerais, semelhantemente a esta pesquisadora. Por isso, é possível afirmar que a

decisão de pesquisar as manifestações do racismo e do sexismo na infância e na adolescência de mulheres negras catrumanas foi decididamente política, sendo também, nesse contexto, uma decisão tomada no sentido de desconstruir o processo de pesquisa que transforma sujeitos em meros objetos, dicotomizando a relação entre pesquisador e pesquisados.

Trata-se, assim, de uma pesquisa colaborativa, na qual trabalhamos ao lado dos sujeitos em uma relação de horizontalidade, sem estabelecimento de hierarquias. Nesse aspecto, cabe ressaltar que, atualmente, alguns pesquisadores do Serviço Social têm se debruçado na discussão acerca da necessidade de se romper com o mito de que existe uma dicotomia entre teoria e prática no interior da profissão. Sendo assim, é fundamental partirmos do pressuposto de que investigação e intervenção são unidades, portanto, inseparáveis. Se não tivermos essa compreensão, podemos incorrer em armadilhas e distorções que sustentaram e ainda sustentam a ideia de que o assistente social que deseja refletir, pesquisar e analisar criticamente a realidade é o que dá continuidade à formação nos mestrados, doutorados e especializações com vistas à inserção nas universidades, ou seja, os que irão se dedicar ao “trabalho intelectual”, enquanto os demais, que ocupam o mundo do trabalho no âmbito da intervenção, são os “trabalhadores da prática”, ou seja, da execução (GUIRALDELLI, 2012; DOS SANTOS, 2010). É também tendo como norte esse aspecto indissolúvel entre teoria e prática no interior da profissão de Serviço Social, que estabelecemos uma pesquisa com caráter colaborativo e horizontal, partindo da premissa de que o assistente social (independentemente de sua inserção institucional) é um intelectual – especialmente no sentido gramsciano, pois as diretrizes e princípios da formação propiciam a compreensão do significado social da profissão e o sentido da ação profissional na vida social.

Essa relação diferenciada, que estabelecemos entre pesquisador e pesquisados, levou-nos a uma participação de um modo mais autorrevelador. No decorrer do processo, lançando mão das novas tecnologias de informação através das redes sociais, mantivemos contato intenso, no qual as assistentes sociais me acionavam sempre que surgiam dúvidas ou demais questões relacionadas ao estudo, assim como também as solicitava a fim de pedir opiniões e discutir pensamentos e ideias a serem – ou não – incorporados no texto. Acreditamos que este formato intensivo da pesquisa, que se estendeu por vários meses, avivou a relação de confiança e cumplicidade entre os membros, levando a contribuições sinceras e ricas em detalhes.

Inicialmente, foi feita uma convocatória via redes sociais na internet, em grupo de interação dos Assistentes Sociais do Norte de Minas. Dessa maneira, fizemos a opção de que os sujeitos da pesquisa, desde o início, participariam voluntariamente de todo o trabalho. É importante salientar que, dentre as voluntárias, apenas uma nos era desconhecida, a Pérola Negra<sup>4</sup>. Guerreira, Fé e Oxum foram minhas colegas de graduação, sendo que, com estas duas últimas, sempre tive uma relação de profunda amizade. Amora graduou-se um ano antes de mim, todavia, já havíamos ocasionalmente trocado algumas palavras nos corredores da universidade. Conheci Vencedora em eventos que discutiam temas relacionados às questões raciais, embora tenhamos nos graduado em universidades diferentes. E Coragem, por sua vez, já era uma amiga antes mesmo de meu ingresso no curso de Serviço Social, e a relação aprofundou-se quando optei por essa carreira, visto que ela já frequentava o curso em outra instituição de ensino.

Após essa fase inicial, a coleta de dados foi feita substancialmente em três momentos distintos: Grupo Focal, Entrevista e Considerações Finais, com massiva participação das mulheres voluntárias para o desenvolvimento do estudo, uma vez que nosso objetivo foi a produção de um novo conhecimento, prático e pragmático, que reproduzir-se-á a partir das trajetórias e das experiências de vida do grupo social (ESCOBAR, 2004), de um (re)conhecimento advindo desses outros sujeitos. Nesta perspectiva, nossa maior finalidade é a produção de conhecimentos baseada no lugar, e emergente de novos sentidos comuns.

## MEMÓRIAS DE “MENINAS NEGRAS”

O ensaio que se segue é composto pelos relatos das coautoras de nosso estudo. Após o recebimento dos roteiros da entrevista respondidos, tivemos como inspiração o trabalho de Ecléa Bosi, publicado em 1994, que ao estudar as transformações socioculturais da cidade de São Paulo, utilizou-se da memória de “velhos”, um segmento também subalternizado e silenciado em nossa sociedade. A pesquisadora colheu relatos orais e transcreveu as falas, apenas categorizando-as e organizando-as entre si, sem submetê-las à tradução. Mais tarde, Fonseca (2012), em *Outras Mulheres*, a partir das falas das autoras dos artigos que compõe a obra, também construiu um ensaio polifônico sobre todos os aspectos relacionados fundamentalmente às questões de raça e gênero, tendo como inspiração, conforme destaca a própria autora no texto, a maneira utilizada por Ecléa Bosi (1994).

Os nomes verdadeiros foram substituídos por pseudônimos, indicados por elas mesmas. Não submetemos as falas a traduções, justamente porque partimos da concepção de que elas são intelectuais, no sentido gramsciano do termo: “Gramsci valoriza com singularidade o saber popular, defende a socialização do conhecimento e recria a função dos intelectuais, conectando-os às lutas políticas dos subalternos” (SEMERARO, 2006, p. 376).

Portanto, embora lançando mão de estratégias diferenciadas, podemos afirmar que elas são um exemplo da resistência política de muitos subalternos brasileiros, que vivenciaram e ainda vivenciam as opressões de raça, gênero, classe, orientação sexual, pertença religiosa, dentre tantas outras.

Ao mesmo tempo, as falas apresentadas apontam para a necessidade de se visibilizar um segmento ainda silenciado e secundarizado pela sociedade brasileira: as mulheres negras, com atenção especial à fase da infância e adolescência, conforme dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990).

## **QUEM SÃO ELAS?**

Antes de apresentarmos nosso ensaio, convém oferecermos, brevemente, o perfil de nossas coautoras, utilizando-nos dos seus pseudônimos indicados, de maneira que possibilitemos uma aproximação ainda maior com suas histórias:

### **GUERREIRA**

Mulher, negra, 25 anos, solteira, sem filhos, assistente social graduada em 2011. Atualmente é assistente social efetiva em uma secretaria de saúde estadual, após aprovação em concurso público. Filha de pais separados, tem mais duas irmãs e uma história marcada pela pobreza, na qual classe, gênero, raça e origem se interseccionam e potencializam os mecanismos de discriminação, aos quais, juntamente com sua família, sempre foi submetida. Conseguiu mudar sua história através dos estudos e, nesse aspecto, destaca-se seu envolvimento em movimentos sociais, que se deu principalmente através do movimento estudantil. Hoje busca tornar-se um exemplo para as irmãs (que são mais novas) e familiares.

### **OXUM**

Mulher, negra, 30 anos, casada, grávida, assistente social graduada em 2011. Atualmente cursa mestrado, discutindo a inserção do negro no ensino

superior. Tem um histórico de vivência de opressão, pois cresceu em uma cidade pequena, onde sua mãe, negra e pobre, sofreu muita discriminação por ter quatro filhos, todos de pais diferentes, além de ser praticante de religião de matriz africana. Hoje sua mãe é professora de ensino público, e tanto ela quanto os irmãos cursaram ou estão cursando o ensino superior. Atribui à luta e coragem da mãe todas as vitórias que tiveram na família.

## **CORAGEM**

Mulher, negra, 26 anos, solteira, sem filhos, assistente social graduada em 2009. Atualmente é assistente social de um CRAS. Cresceu em uma família de classe média e sem referências quanto à sua negritude, o que fez com que a construção de sua identidade negra fosse tardia, já na universidade. No momento presente, percebe que a discriminação vai além da classe social, pois revisita suas lembranças e observa que toda manifestação de racismo e sexismo aos quais foi submetida eram naturalizadas.

## **VENCEDORA**

Mulher, negra, 40 anos, casada, dois filhos, assistente social graduada em 2008 e presentemente assistente social de um CRAS. É militante em movimentos negros desde a adolescência, o que se deu a partir de sua inserção em grupo de capoeira. Além da militância, também é pesquisadora de relações de gênero e raciais.

## **AMORA**

Mulher, negra, 25 anos, casada, um filho, assistente social graduada em 2011. É filha adotiva (de uma família branca, o que possibilitou sua percepção da pertença racial desde muito cedo), cresceu na religião protestante, pertencendo a uma igreja neopentecostal, na qual, inclusive, conheceu seu esposo. Depois da gravidez (que aconteceu antes do casamento) e toda humilhação a qual foram submetidos devido ao fato de terem transgredido a moralidade bíblica, abandonaram a religião e buscaram romper com todas as opressões que lhes foram impostas por essa vertente da tradição cristã. No momento presente, ela assumiu sua bissexualidade e vive uma relação aberta com o companheiro.

## **PÉROLA NEGRA**

Mulher, negra, 24 anos, solteira, sem filhos, assistente social graduada em 2011. Trabalha em um CRAS de uma pequena cidade, onde nasceu e atualmente mora. É filha de um professor universitário e pesquisador das relações raciais e, justamente por isso, cresceu reconhecendo sua negritude. Percebe que o fato de pertencer a uma família de classe média não a livrou do racismo e do sexismo, e por isso é militante em movimentos negros.

## **FÉ**

Mulher, negra, 28 anos, solteira, sem filhos, assistente social graduada em 2011. É assistente social de um serviço de acolhimento institucional de crianças. Quando criança, sofreu muita discriminação por ser negra e pobre. Posteriormente, sempre identificada como “mulata” ou “morena”, foi submetida, desde a adolescência, às violências que demonstram como a mulher negra é vista no imaginário social. Encontrou na religião (umbanda) uma forma de resistência.

## **A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE MULHERES NEGRAS: ARTICULANDO RAÇA E GÊNERO**

Nesta seção, o recorte que buscamos fazer foi o de como se deu o processo de descoberta e construção da identidade dessas mulheres, negras e assistentes sociais.

Minha identidade racial é de negra, e, embora não tenha sido objetivamente sempre esta, posso dizer que minha raça e minha cor sempre estiveram presentes nas relações que desenvolvi, tanto dentro da minha família, como fora dela. Comparações entre meu tom de pele, ou textura do meu cabelo, são os aspectos que mais me lembro, e eram feitas frequentemente por familiares e pessoas próximas e, em especial, em relação à minha irmã, mais clara e de cabelos menos crespos. Lembro que, em determinado período da minha infância, passei eu também a me comparar, nesses mesmos termos, com os amiguinhos da rua e depois da escola. Neste ambiente específico, aprendi a me designar conforme me designavam, colocando-me como morena ou “moreninha”. O amadurecimento de minha identidade como negra apenas se completou na universidade, quando

alcancei o nível de consciência e reflexão sobre minha condição racial (OXUM, 11/2012).

Nunca tive problemas de declarar-me negra, na realidade sempre achei a cor de pele negra algo encantador, mas isso apenas tornou mais fácil a construção de minha identidade racial, porque durante a infância e adolescência, não conseguia perceber o que estava por trás de certos comentários e comportamentos, que passei a perceber de forma mais clara a partir de minha formação profissional. Foi na realização do curso de Serviço Social, que consegui de forma crítica interpretar comportamentos das pessoas no trato deste assunto e compreender melhor o meu papel como mulher negra numa sociedade marcada por discriminação racial. (...) Compreender todas estas questões não foi simples, e admitir que, na realidade, a aceitação do negro não é como está tratado em *Casa grande e Senzala* também foi doloroso, entender que estar no meio e me envolver não quer dizer que sou aceita como ser humano, e que na realidade é uma relação que transforma as pessoas em “humanas” por serem capazes de conviver com negros. Isso me fez refletir melhor a respeito de minhas relações.

(...) Hoje compreendo melhor esta minha identidade de povo negro, percebo que o processo de construção desta identidade aperfeiçoa-se dia após dia, e que a faculdade de Serviço Social possibilitou-me a oportunidade de construir melhor esta identidade (CORAGEM, 12/2012).

Sou uma jovem mulher negra que não nega a identidade racial. Que se define negra em quaisquer circunstâncias e tenta buscar minimizar situações em que queiram infamar a imagem das pessoas negras. Vale lembrar, como dizia uma ex-mestre da academia: Sou mulher, negra, pobre e ainda gorda. Assim também me defino e tenho superado todos esses aspectos para chegar onde cheguei (PÉROLA NEGRA, 12/2012).

Nem sempre me considerei pertencente a uma identidade racial, não que eu não quisesse, simplesmente não pensava nessas questões. (...) venho de uma família monoparental, de classe social baixa, na qual as condições nunca foram muito favoráveis a um outro padrão. Minha mãe é professora, excomungada da Igreja Católica por engravidar e ter uma filha solteira, e tem outras 3 filhas de outros 3 homens. (...) Mulher, preta e pobre, estereótipo perfeito para permanecer na mesma posição social em que se encontra até hoje. De certa forma, classe e raça se interligam bastante. (...) A minha [identidade] (...) se alimenta através do contato com pessoas, conhecimento através de fatos, textos e religião: umbanda (FÉ, 12/2012).

Bem, sou negra. Considero-me assim. É o que vejo quando olho no espelho. Recentemente, num ambiente de trabalho, meus colegas me apelidaram de *índia*. Pode ser que haja traços, mas não me reconheço dessa maneira. Nunca dimensionei como minha família reflete sobre as questões raciais. Realmente é um assunto vago no meu seio familiar. Sempre vi uma diferenciação clara entre mim e minha irmã que é branca, tipo: “Aqui em casa temos uma neguinha e uma branquinha”! Natural. Carinhoso. O fato de ser filha adotiva reforça a ideia de que a diferença é aceitável, diria até *esperada*. A falta de referências biológicas dificulta um pouco essa construção da identidade racial (AMORA, 11/2012, itálicos originais).

Sou negra e amo ser negra. Não, nem sempre a minha identidade foi esta, porque não tinha noção do que era esta *identidade racial*. (...) Meu pai era negro e minha mãe parda, bem clara. Desta união, nasceram oito filhos, todos negros, uns mais claros, outros mais escuros. Seis mulheres e dois homens. (...) Na nossa família não nos ensinaram a *construir a nossa identidade racial*. Penso que, realmente, eles não sabiam que precisávamos construir esta identidade para que pudéssemos enfrentar a discriminação do mundo fora de casa, pois, até então, estávamos protegidos dentro de casa.

Na juventude, com meus 16 anos de idade, comecei a participar de um grupo de consciência negra denominado GRUCON – Grupo de União e Consciência Negra (...). Posso afirmar que, antes de participar do GRUCON, qualquer um que me chamasse de negra estaria procurando briga; mas depois, pude perceber que me chamar de negra era um grande elogio, por mais que pensassem que estariam me ofendendo. O interessante é que diante do grupo de amigos passei a ser o diferencial por causa do meu estilo, pois fazia questão de andar bem africana, com colares de búzios no pescoço, calça de capoeira (...), o cabelo bem anelado e alto e, de vez em quando, laços de fita nos cabelos. Com este meu estilo passei a ser motivo de chacota para alguns, principalmente dos parentes; minha mãe e minha futura sogra não gostavam deste meu estilo “afro” de ser. O meu processo de construção da identidade foi lento e gradual, mas forte e agressivo. (VENCEDORA, 01/2013, negritos originais).

Minha identidade racial hoje é a negra. Mas essa construção foi aos poucos, aliás, ao longo do tempo, através de amadurecimento e militâncias. Na infância, não entendia direito minha condição racial, nasci com os olhos claros e cabelos crespos, o que às vezes me confundia um pouco. Explicaram-me que meu bisavô era negro e minha bisavó era índia, e que este bisavô era negro de olhos verdes e que eu me parecia muito com ele. Isso misturava minha cabeça

de um jeito, quando me perguntavam em pesquisas ou algo assim como me definia racialmente, eu sempre colocava que era “parda”.

Como fiz por mais de um ano o curso de Ciências Sociais, foram vários os autores que estudei que tratam da temática racial, e isso começou a me chamar a atenção. Em uma das aulas, um professor brincou dizendo que no meu sangue corria mesmo veias negras, porque era escura dos olhos claros e do cabelo crespo (GUERREIRA, 01/2013).

Posso dizer que a tomada de consciência da minha condição de mulher encontra-se atrelada à minha socialização, voltada desde a tenra idade ao controle do meu corpo e a adoção do que era tido como feminino, questão que se transformou, ao longo do tempo, mas que manteve certa essencialização. Nesse sentido, ser mulher, quando menina, implicou num modo particular de me comportar, num jeito de me sentar, em quais brincadeiras poderia participar. Na fase adulta passou a significar um jeito de amar, de cuidar. Romper, ou ao menos negociar, tais expectativas nas relações que estabeleço hoje é o exercício que mais definiria a mulher que me tornei, fruto de um processo em que se pesem inúmeros determinantes: sociais, raciais, culturais e familiares, dentre os quais destaco a influência da minha mãe (OXUM, 11/2012).

Segundo Beauvoir, “não se nasce mulher, torna-se”. Por isso, tomo minha consciência de mulher a partir do momento que autoafirmo ser negra. Que busco lutar pelos meus ideais e não desistir deles. Penso que essa tomada de consciência aconteceu, de fato, quando deixei meus pais, e fui em busca de minha realização profissional (...) (PÉROLA NEGRA, 12/2012).

Esta minha consciência da condição de mulher, como diz Beauvoir de “tornar-se mulher”, se deu quando comecei o meu curso de serviço social. Foi a partir daí que a minha mente foi se abrindo. (...) Pude perceber o quanto nós mulheres somos escravizadas à condição de mulher submissa, dependente, sexo frágil, dona de casa, mãe, esposa, entre tantos outros adjetivos que rotularam as mulheres. Podemos e somos mais que isso. Somos mulheres ativas, independentes, fortes, inteligentes e, com certeza, conseguimos sobreviver sozinhas. Então me tornei mulher e parei de aceitar muitas coisas às quais era submetida em casa, no trabalho, na família e, principalmente, com meu marido. Esta consciência da condição de mulher foi muito marcante, pois perdemos muitos valores e adquirimos vários outros. Passamos a nos orgulhar de ser mulher, não na condição do sexo frágil, mas a mulher que luta pelos seus direitos, seus valores, seus ideais e sonhos (VENCEDORA, 01/2013).

(...) Tive uma educação diferenciada das minhas amigas (...). Os papéis predeterminados pela sociedade não me foram impostos, aprendi os serviços tipicamente tratados como femininos quando fui morar sozinha e porque precisava sobreviver, (...) apesar de minha mãe ser machista. Em minhas relações amorosas, os homens estiveram comigo no cuidado com a casa, e as despesas financeiras não eram obrigação deles, eram compartilhadas.

Meu papel de mulher na sociedade sempre foi claro como mulher capaz de ser autônoma, de tomar as decisões. Atualmente percebo que o meu “eu” mulher é diferente do da maioria de minhas amigas, que tiveram que se submeter aos cuidados domésticos impostos (CORAGEM, 12/2012).

(...) Me revolttei com a ideia de que mulher tem que fazer certas “coisas de mulher”: tem que casar, tem que ser mãe, tem que ser uma ótima dona de casa, entre outras funções que a sociedade impõe e limita seu papel. Mulher não tem que nada. Posso me casar, posso ser mãe, posso fazer isso ou aquilo, desde que eu, e somente eu, queira, se for da minha vontade. Descobri minha feminilidade muito cedo e me revolttei com a sociedade muito cedo também. Cidade do interior, onde os rótulos são mais fortes, exigem de você uma postura também muito conservadora. Comecei a ter comportamentos diferentes do que se queria para a minha idade: comecei a andar com os “enfeitados sociais” e pensar como eles também (...). E foi nesse momento que meu feminismo também despontou, não um feminismo saudável, acho que não era bem feminismo no início, era radical demais e ideológico também. Mas com o tempo, fui amadurecendo a minha postura e meus posicionamentos. Como cresci sem uma imagem paterna, minha relação com minha mãe sempre foi muito flexível. E isso me fez perceber, mais intensamente, que tudo poderia ser diferente do que está posto. Tive minha mãe como exemplo de guerreira, uma mulher que ousou demais, acreditou muito no amor e, por ele, quebrou as regras de uma sociedade altamente patriarcal e machista (...). Espelho-me muito em minha mãe. Amo ser a mulher que sou, mesmo que, às vezes, não compreendida ou não aceita; não preciso que me moldem, aliás, não concebo essa ideia (FÉ, 12/2012).

A primeira vez que me relacionei sexualmente com uma mulher foi um momento de *tomar consciência da minha condição de mulher*. Até mesmo pelo sentimento de *‘isso tá errado, eu não devia estar aqui’*, que envolveu esse fato. Depois que a gente entende a moral falsa que há em tudo, as coisas ficam absolutamente naturais.

Eu me senti mulher quando perdi minha virgindade. Coisa boba. Durou minutos a sensação. Quando voltei para casa vi que era a mesma menina. Quando me casei me senti

mulher... de alguém. Não de mim mesma. Mas era o que diziam. Quando dei à luz, me senti mulher de verdade. Tem dias que me sinto mais mulher. Por causa do meu corpo, dos sentidos. Tem dias que nem tanto (AMORA, 11/2012, itálicos originais).

(...) Aos doze anos meu pai saiu de casa, e, a partir daí, éramos quatro mulheres. Eu, minha mãe e minhas duas irmãs. Com os poucos recursos que tínhamos, as coisas nunca foram fáceis. Minha mãe repetia sempre que tínhamos que “caprichar na vida”, pois ela era uma mulher separada e as pessoas sempre iriam apontar-nos (sic) como as filhas que não tinham pai.

Essas palavras me acompanharam durante muito tempo. Consegui meu primeiro emprego formal para ajudar nas despesas de casa. Minha mãe, guerreira, mulher e negra, (...) a condição de gênero e raça pesavam bastante e hoje entendo muito bem isso (GUERREIRA, 01/2013).

Assim, é possível compreender como as intersecções de raça e gênero contribuem no grau de discriminação e preconceitos vivenciados.

## AS DISCRIMINAÇÕES NA INFÂNCIA COM ÊNFASE NA EXPRESSIVIDADE ESTÉTICA: O CABELO CRESPO E O RACISMO

Aqui, buscamos apresentar as percepções de nossas coautoras das vivências de racismo e sexismo experimentadas na infância, com ênfase ao aspecto estético, cuja principal manifestação é o preconceito com os cabelos crespos.

Minha adolescência e minha infância foram bem difíceis devido ao preconceito dos colegas, isto faz a gente pensar que nasceu com algum defeito; que o problema é com a gente que nasceu negra, e não com as pessoas que nos discriminam. Portanto, na minha infância, imaginava que se tivesse nascido branca, de cabelos lisos, seria bem aceita pelos colegas. (...) Queria muito ter nascido mais clara, mas o que mais me incomodava era o cabelo “duro”. Acho que para ser mais aceita e para parecer com as pessoas “brancas”, desde pequena a minha mãe começou a passar creme alisante no meu cabelo e no das minhas irmãs. Penso que para não destoar muito das pessoas de cabelo “bom”. Lembrome que meus coleguinhas sempre me chamavam de “Tia Anastácia”, aquela do *Sítio do pica-pau amarelo*. Eles gozavam muito dos meus cabelos, e olha que eles viviam presos, minha mãe fazia grandes coques ou tranças nos meus

cabelos. Eu era bem pequena, cursava a 2ª ou 3ª série do ensino fundamental, e sei que ficava muito chateada com os colegas, mas como era muito tímida, não brigava e nem retrucava, apenas me calava. Alguns colegas não queriam brincar comigo, principalmente se a brincadeira tivesse que pegar na mão. Engraçado, me lembro de que algumas professoras ficavam espantadas por eu andar sempre arrumadinha e limpinha, e as tarefas serem sempre bem feitas. Porque na concepção delas, os negros andavam sujos, não tinham higiene e, com certeza, eram muito pobres. Quanto à discriminação de gênero, esta era mais clara para todas as meninas, de cor ou não, sempre havia brincadeiras que os colegas, as professoras ou até mesmo os nossos pais não nos deixavam participar por acharem que eram brincadeiras de meninos (...) (VENCEDORA, 01/2013).

Sofri discriminações de raça na minha infância. Os apelidos eram os mais diversos possíveis, principalmente no que diz respeito ao cabelo: Cabelo de pixaim, cabelo de bombril, nega do cabelo duro, entre outros. Desde criança, passo por processos de alisamentos, progressivas e tudo mais que possa amenizar a “rebeldia” dos meus cabelos. Eu e minhas irmãs costumamos apelidá-lo de cabelo ruim, muito ruim. Eu percebo isso muito forte, de não aceitarmos os nossos cabelos. Tenho um tio que assumiu os cabelos e os usa “Black Power”, mas acho que ainda estou longe de conseguir fazer isso. Mas acho que já avancei bastante na construção de minha identidade, de me definir como negra e entender esse processo através de minhas raízes.

(...) Meu primeiro contato com a escola foi inesquecível. Aos seis anos, fui ao primeiro dia de aula sozinha, porque minha mãe estava trabalhando e meu pai estava “por aí”. Chegando à escola, uma professora me encaminhou para uma sala de alunos com necessidades especiais, das mais diversas. Na salinha ao lado, estava uma turma considerada sem dificuldades em todos os aspectos, pois todas as crianças ali vinham de famílias com poder aquisitivo e muito influentes na cidade.

Logo questionei a professora do porquê de estar naquela sala, pois eu não possuía nenhuma deficiência. Ela foi bem clara, me dizendo que aquelas crianças da sala ao lado passaram pelo “jardim encantado” e já sabiam ler e escrever, e como eu não fiz o jardim encantado, supunham que eu não acompanharia a turma. Eu me levantei da sala, indignada com as palavras da professora, e me dirigi à sala ao lado, sentei e deixei bem claro para as professoras que não iria sair de lá. Achava a situação injusta, e aquelas palavras de exclusão não me convenceriam. Elas mandaram chamar minha mãe no trabalho, para tentar me convencer a ir para a sala que acharam certa pra mim. Um batalhão à minha volta tentando me fazer aceitar as ideias dominantes. A pro-

fessora, já cansada daquela situação, proferiu as seguintes palavras: “Bom, você pode ficar na minha sala de alunos inteligentes, porém, você tem quinze dias para aprender a ler e a escrever. Se não conseguir neste período, você volta pra outra turma”.

Aquele momento foi crucial, pois eu precisava conseguir. Eu saquei que o que estava em jogo era que eu era pobre e negra, e precisava ficar na sala de alunos considerados especiais. Então, com ajuda da minha mãe, em quinze dias fui considerada uma das melhores alunas da turma. Considero que, a partir daquele fato, comecei minha construção de identidade. Mesmo sendo uma criança de seis anos, sabia que se quisesse me tornar alguma coisa que sonhasse, eu precisaria vencer muitos obstáculos.

(...) O que mais me marcava era a época das festas juninas, pois nas quadrilhas, ninguém queria dançar comigo, nem mesmo segurar a minha mão durante as danças. Na tentativa de amenizar meu sofrimento, minha mãe procurava meu primo e enchia ele de presentes e mimos para que ele dançasse comigo, e isso me humilhava por dentro. Apesar de ser uma criança, eu tinha plena consciência do que estava acontecendo à minha volta. Lembro-me de ficar horas me olhando no espelho, chorando e perguntando a Deus porque eu tinha um cabelo assim. As pessoas sempre questionaram o fato de meus olhos serem verdes, meu cabelo sarará e minha pele escura. Enfim, parei de dançar quadrilha e participar de qualquer outra coisa que ficasse exposta a humilhações e sofrimentos (GUERREIRA, 01/2013).

Comparações (...) entre mim e minha irmã mais nova, que era mais clara e de cabelos mais próximos do padrão branco, (...) que passaram a ser desnecessárias na escola, quando perceber as meninas brancas como as mais bonitas, enquanto eu era o *patinho feio*, processou-se quase que de maneira natural, afinal, era nesse sentido que agiam professores, serventes e os próprios colegas, o que já não oferecia surpresa. Um episódio em particular ilustra bem os efeitos de tal processo, quando me arrumando para a minha formatura da 4ª série (ensino fundamental), tive uma crise violenta de choro, enquanto xingava meu cabelo, dizendo o quanto o odiava, ele não ficava *bonito*, não ficava *arrumado* (OXUM, 12/2012, itálicos originais).

(...) certa vez que fui a um clube (...), quando fui entrar na piscina, uma menina da mesma idade que eu (e que pelo visto não era branca) disse a mim que eu não entraria na piscina. Então, eu e o filho dos meus padrinhos perguntamos: Por quê? E ela respondeu: Você é uma “negrinha flagelada” e quem vem de favela não entra aqui não (...). Quando entrei na primeira série, havia muitas crianças que estudaram numa escola particular da cidade e passaram a

estudar na minha sala. Então, uma menina branca não quis ficar perto de mim na fila da merenda. Até que a professora a obrigou ficar próxima de mim (...).

(...) Ainda criança, certas vezes eu não compreendia porque minhas primas brancas tinham franja e eu não. Era louca pra ter. Minha mãe sempre me explicou que, em meu cabelo, não tinha como fazer, e que meu cabelo era bonito com as tranças que eu usava. Cresci compreendendo que eu era negra. Mas a vontade de ter o cabelo com franja... sempre foi um desejo. Até que, já adulta, passei por vários tratamentos químicos e assumi madeixas lisas. As “escovas progressivas da vida” fizeram com que eu conseguisse ter minha franja na testa, como sempre desejei. Porém, hoje, se pudesse, jamais teria alisado meu cabelo. Teria mesmo assumido um estilo black (PÉROLA NEGRA, 12/2012).

Enquanto criança, sempre fui muito bem aceita no meu vínculo de convivência, talvez porque, mesmo sendo negra, eu tive acesso a coisas que muitas vezes eram privativas aos brancos e ricos, e as coisas eram passivamente aceitas, porque eu não conseguia compreender muito o que a cor de minha pele dizia àqueles que me rodeavam.

Recordo de apenas um momento de discriminação racial enquanto criança (talvez porque ainda não conseguia fazer leitura desta relação de forma crítica), na casa de minha avó, quando num momento de conflito uma prima gritou “sua negra preta”, da forma mais pejorativa possível, e eu chorei e respondi: “sou mesmo” e as tias (...) compreenderam melhor o que vinha atrás desta fala e revidaram, por mim, a ofensa sofrida (...).

Outra questão que compreendo claramente, a partir do processo de construção da minha identidade racial, são os cachos de meus cabelos, os cabelos sempre tratados como “rebeldes” pelas tias ricas, que precisavam ser “domados”, como se “doma” um animal selvagem. Tornei-me presa a um alisamento agressivo imposto, desde a infância, por familiares e a sociedade em geral, que roubou de mim parte da minha cor e tornou-me mais “branca”. Hoje brigo todos os dias com meu cabelo “domado”, porque escondo de todos a negra que existe em mim (CORAGEM, 12/2012).

Embora sentisse certo distanciamento em alguns colegas na escola na época do primário, não percebia que o tratamento diferenciado estivesse ligado ao fato de ser preta, pobre e, porque não dizer, mulher. (...) Na escola, os primeiros anos de alfabetização foram muito bons. (...) Mas ao entrar na 3ª série, mudei para uma escola na qual os estudantes eram os “riquinhos” da cidade e logo de início fui excluída de muitas brincadeiras, do direito de fala. (...) Bom, depois de tantos “sai daqui” ou “quem te chamou para a conversa?”, resolvi me enfurnar em mim mesma. Sentia muita falta da antiga

escola, e na 4ª série pedi à minha mãe para parar de estudar, pois não gostava da turma, não gostava da professora, me sentia inferior, mas não sabia exatamente o porquê. Não entendia a razão de a professora bajular aquele povo que só tirava nota baixa e tratava mal a mim e aos outros. (...) A minha defesa foi os livros, a minha fuga, melhor dizendo. Comecei a estudar igual a uma louca e a ler todos os livros da biblioteca, mesmo os que não eram indicados para minha idade. Os reflexos foram vistos em pouco tempo, me tornei uma pessoa introvertida, muito cabisbaixa, insegura, e com medo de defender minhas ideias em público. Ainda trago um pouco disso na idade adulta. Não sei dizer se teria sido diferente se tivesse terminado a educação básica na escola onde iniciei, mas é fato de que foi muito negativo o que vivi na nova escola, e, como uma criança que sempre resolvia suas coisas, nunca contei para minha mãe os apelidos, os momentos de bullying, nem nada. São momentos que, para ser sincera, não gostaria de rememorar, mas já foi, estou aqui escrevendo sobre eles (FÉ, 12/2012).

Um episódio marcante envolvendo racismo me aconteceu na 5ª série do ensino fundamental. Acho que comecei a pensar sobre o assunto a partir de então. Numa aula de Educação Artística, a professora pediu que levássemos para casa peças de gesso e as trouxéssemos pintadas para, na próxima aula, montarmos um presépio. Havia várias peças: animais, Jesus, Reis Magos, Maria... Escolhi os anjos. Peguei-os e, na aula seguinte, os levei pintados, como pedido. A professora perguntou:  
– Quem pintou esses anjos?  
– Eu!  
–Você não sabe que anjos são loiros? Por que não pintou o cabelo deles de amarelo?  
Não me lembro da minha resposta. Acho que não teve resposta. Mas lembro de que os anjos não foram para o presépio (AMORA, 11/2012).

Assim, o que percebemos é como as instituições – em especial o ambiente escolar – perpetuam e reproduzem as discriminações, e como a imposição estética do padrão de beleza eurocêntrico violenta aqueles que não se enquadram nele.

## **A ADOLESCÊNCIA E O ACIRRAMENTO DA DISCRIMINAÇÃO: MULHER E NEGRA**

Os relatos nos levaram à percepção de que as discriminações sofridas na infância são adensadas na adolescência, inclusive manifestando-se sob novas

roupagens ainda mais perversas, com acirramento das questões relacionadas ao gênero. As mulheres negras são submetidas a um duplo processo de discriminação, e é isso que buscaremos exhibir aqui.

Não corresponder aos padrões de beleza da sociedade é, sem dúvida, mais problemático para as mulheres, o mundo cobra que sejam bonitas, esperam que sejam bonitas, lhes abrem ou fecham portas a partir desse detalhe primoroso, no amor principalmente, e isso não deve ser diminuído. Desde menina, sempre fui muito romântica, sempre tive as maiores expectativas quanto à minha vida amorosa, colecionando, entretanto, desilusão atrás de desilusão. Dificilmente engrenava um namoro, encontrando interessados apenas em *ficar* comigo. Problematizar essa situação foi algo que só vim a fazer na universidade, já adulta, mas ela não me passava despercebida, vendo minhas amigas mais claras namorarem sério, algumas até se casando, cheguei a achar que não encontraria alguém pra mim. Meu marido, que é branco, cuja ex-namorada era loira de olhos verdes, se lembrou, dias atrás, de que no meio de uma discussão, onde cobrava que ele me assumisse como namorada (a gente só *ficava*), falei com indignação que *eu servia pra ficar, mas para namorar tinha que ser branquinha!* Esse era um medo que a experiência tinha me ensinado a ter (OXUM, 12/2012, itálicos originais).

Uma moça (que também era negra) me fez críticas no grupo de primeira comunhão que frequentávamos pelo fato de eu ser negra. Disse que eu era feia e que ela era mais clara do que eu. Que eu não arranjaría namorado por isso. Mas essa discriminação sofrida por mim não me deixou com baixa estima (...) (PÉROLA NEGRA, 12/2012).

Em minha adolescência, era titulada de “moça bonita, cor de cravo e canela”, ou “café com leite”, muitas vezes “elogios” vindos dos amigos de meu pai. Antes, entendia que eram apenas elogios e admiração pela cor de minha pele, hoje compreendo claramente que minha pele era um forte indicador de sedução e pecado, que representava as negras sedutoras e que foram tratadas como objetos de sensualidade (...). A minha sexualidade sempre foi muito reprimida, (...) sempre estive envolvida com as questões religiosas, o que me levou a adotar valores que reprimem a sexualidade e, em alguns momentos, as relações amorosas (CORAGEM, 12/2012).

Minha adolescência foi marcada pela revolta com o mundo. Só a música me acalmava, mas era uma revolta interna, ninguém sabia o que eu passava, o que eu sentia (...). Em relação à discriminação, não há como não sentir nessa fase.

Muitas vezes, já ouvi coisa do tipo “escolhi você, mas poderia estar com qualquer outra, e você ainda não me quer?” (...). Mulher que não quisesse sexo era inadmissível, se não fosse mais virgem então, era um absurdo. Senti muita pressão para fazer sexo, sentia nojo e, às vezes, pensava “se eu fosse feia, isso não acontecia”. Depois parava e caía a ficha de que eu não deveria sentir culpa ou raiva da minha aparência por conta do assédio nojento que sentia. As negras escravas eram usadas, muitas vezes, como objeto sexual. Muitos anos depois, me questioneei se isso aconteceu com tanta intensidade na minha adolescência por eu ser filha de mãe solteira e negra. De repente, eles vinham (...) com perguntas do tipo “você é lésbica?”. Na escolha das profissões, era ainda mais visível. Na adolescência, eu dizia na escola que ia entrar para a aeronáutica, e isso era motivo de piada. Realmente não entrei, mas porque não poderia ter entrado? Só pelo fato de ser mulher? Queria pilotar caças, e sempre escutava que isso não aconteceria, porque mulher não exerce essa função na aeronáutica.

(...) Hoje, adoro me lembrar (...) e perceber que eu não cedi àqueles homens nojentos momentos que, se pudesse, apagava da minha vida. (...) Portanto, creio que você sendo mulher e despertar o desejo em alguém, sempre vão associar sua imagem a essa condição de luxúria e malícia. Você é culpada pelo homem ter te abordado. Algumas pessoas, infelizmente, inclusive mulheres, acham que ser chamadas de gostosa na rua é o máximo. Eles nos diminuem a um pedaço de carne, a um objeto de desejo que proporciona um prazer indescritível, e acham um abuso uma mulher não querer ocupar essa posição. Mulher não pode negar, mulher não pode não querer, e mulher entende as coisas de forma errada. Um amigo do pai da minha irmã, casado, me cantou descaradamente, e eu que entendi errado. Essa foi a resposta da minha mãe. Odeio quando noto o que realmente represento para um homem, quando olho nos olhos dele e só vejo que ele me enxerga nua, ali. Parece que esse tipo de atitude não é vista como falta de respeito. Eu sinto repulsa disso. Senti muito mais na pele a discriminação de gênero do que a discriminação racial na minha adolescência, ou talvez viessem juntas, camufladamente. Mas o apelo sexista, machista, em vários momentos eu senti na pele (FÉ, 12/2012).

(...) Na 7ª série, eu tinha uma colega bem branquinha, muito branca mesmo, era bem loirinha de olhos azuis, e era a minha melhor amiga na sala de aula. Certo dia, a professora pediu para que fizéssemos um trabalho em grupo, então combinamos de fazer o trabalho na casa desta minha amiga, e fiquei feliz por poder conhecer a casa da minha melhor amiga, mas para meu espanto, ela vira pra mim e fala que achava melhor eu não ir à casa dela para fazer o trabalho,

porque o pai dela não gostava de pessoas negras. (...) a minha decepção foi muito grande ao imaginar que existiam pessoas que não gostavam das outras por causa da cor da pele. Enfim, não fui à casa desta minha colega para não ser maltratada pelo pai dela. Mas este fato me chocou bastante. (...) na adolescência, me rebelei e não deixei mais minha mãe usar cremes alisantes nos meus cabelos, passei a deixá-los enrolados e me vestia no meu estilo bem “afro” (...). Isto gerava muita raiva na minha mãe, e ela sempre me falava que tinha vergonha de sair na rua comigo, queria que eu mudasse a roupa e arrumasse os cabelos pra sair com ela, mas eu não o fazia (VENCEDORA, 01/2013).

Eu não sei bem ao certo esclarecer o que teve e o que não teve impacto na vivência da minha sexualidade. Na verdade, tenho aspectos bem negativos que eu acho que refletem na maneira como me relaciono, relacionados a abuso sexual (...) (AMORA, 11/2012).

Assim, é possível inferir que a naturalização das discriminações de gênero e raça na infância permanece na adolescência – mesmo diante do adensamento dessas opressões, cujas manifestações muitas vezes aparecem por meio da violência, abusos e assédios. Mais uma vez, destacamos a urgência de estarmos mais atentos a esses processos sistematicamente impostos às mulheres negras.

## **AS ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA, AS LUTAS E BANDEIRAS: INTELLECTUAIS, MILITANTES?**

A finalidade dessa seção é dar visibilidade às estratégias de resistência e superação, as quais nossas coautoras lançaram (e ainda lançam) mão. Descortinar o protagonismo das entrevistadas na luta e resistência cotidiana constitui-se nosso principal objetivo.

Sinto-me uma pessoa realizada porque a cada dia supero as barreiras da discriminação, preconceito e racismo impostas, muitas vezes, pela sociedade contemporânea. (...) Hoje, adulta e profissional, sinto-me realizada por ter conquistado meus objetivos. Fico satisfeita em ter tido a oportunidade de ter concluído meu curso superior e hoje ter uma formação acadêmica. Apesar de que, atualmente, existe o sistema de cotas, muitas são as mulheres negras que não têm a mesma oportunidade que tive. Fui a única negra da minha turma de faculdade; só depois, no último período, chegou mais uma para me fazer companhia, numa turma de maioria branca. (...) Enquanto acadêmica, jamais me senti

inferior com isso, pelo contrário, sempre busquei me destacar e mostrar meu potencial. Em minha experiência no mercado de trabalho, (...) fui bem aceita por todos (...), mas apenas duas negras faziam parte da equipe: eu e a auxiliar de serviços gerais. Às vezes, pessoas da dita “alta sociedade” chegavam à instituição onde trabalho e perguntavam o que eu era ali, e quando eu dizia ser a assistente social, sempre notava um certo “espanto” nas pessoas. (...) Diante disso, percebe-se que a nossa sociedade ainda imagina a mulher negra apenas em cargos subalternos.

(...) No meu último relacionamento, sofri discriminação pela ex-namorada do meu parceiro. Ela é branca (de cabelos loiros pintados) e não aceitava ter perdido o namorado para uma negra. Colocou-me apelidos como “macaca” e “negra preta do Brejo”. Também não aceitava o fato de eu ser jovem, negra e ter uma formação superior. Enquanto ela é branca, com mais idade e não possui formação. (PÉROLA NEGRA, 12/2012).

Mesmo compreendendo esta realidade de forma mais nítida (...), e apesar de atuar na área de assistência social, este é um assunto que, muitas vezes, não interessa aos gestores por não compreenderem as questões que envolvem esta relação. As atividades que desenvolvo, por diversas vezes, são realizadas de forma tímida, por falta de apoio e estrutura, em especial com crianças, um trabalho que pode ser tratado de forma mais densa e com maior cuidado, porém não ocorre assim (...).

Toda a compreensão que tenho é parte dos estudos realizados em grupos de pesquisa da faculdade e dos estudos realizados durante a formação profissional, porém isso não me fez intelectual na área. Por morar em uma cidade de difícil acesso a materiais e pesquisas, as reflexões a respeito do assunto tornaram-se restritas, ficando apenas como parte de discussões entre amigos atuantes da área e de leituras eventuais em sites de pesquisa.

Da mesma forma acontece com o fato de ser militante feminista, mesmo me considerando uma defensora da equidade entre os sexos, não me considero militante feminista, porque não atuo em nenhuma organização que trata os direitos das mulheres e que trabalha no processo de equidade de gêneros (CORAGEM, 12/2012).

(...) a política está presente nas nossas relações cotidianas, e é onde tento imprimir meu pensamento, especialmente em relação às questões raciais, mas me falta o envolvimento e a entrega necessária ao que penso ser uma atitude verdadeiramente militante.

Também não me considero uma intelectual, mas considero estar no caminho, me preparando e buscando adquirir e aprimorar os conhecimentos que poderão me definir dessa forma (OXUM, 12/2012).

Ser mulher tem pra mim um gosto de força, sabe? Ao longo da vida, nos submetemos a tanta coisa! Ainda... Ainda. Eu pertenci a uma igreja evangélica pentecostal dos meus nove aos 22 anos de idade. Olhando pra esse período, eu me lembro de uma série de fatos ultrajantes. Nestas igrejas, de uma forma geral, as mulheres ocupam a escala mais baixa da hierarquia existente. É como as castas da Índia. Ainda é assim. Basta entrar numa destas e ver que as mulheres sentam em lugares específicos, se vestem de maneira peculiar, seguem regras impostas. Não é na Idade Média, é hoje. Isso me fez detestar ser mulher, por um tempo. Coisa mais absurda! Eu sinceramente não consigo analisar porque deixamos que isso aconteça... (AMORA, 11/2012).

Definir-me-ia sim como militante, pois quando se fala de preconceito racial e, principalmente, preconceito racial e de gênero, me coloco à frente, pois como mulher negra, me vejo na obrigação de lutar por esta causa. Não só como mulher negra, mas também como pesquisadora, me insiro fortemente nesta militância. Porque ninguém mais do que eu sabe das dificuldades enfrentadas para ser reconhecido nesta sociedade extremamente preconceituosa e machista. Sempre participo de debates, pesquisas e movimentos populares para que se possa amenizar o preconceito racial.

A participação no GRUCON – Grupo de União e Consciência Negra foi crucial. Este grupo se reunia uma vez ao mês. (...) Nestas reuniões, falávamos dos nossos antepassados, cantávamos e dançávamos, eram momentos de descontração e alegria, mas ao mesmo tempo, eram momentos de seriedade e construção da nossa identidade enquanto negros. Foram nesses encontros que aprendi e aprofundi sobre a história do negro. A partir daí, comecei então o meu processo de construção e a valorização da minha identidade, minha cor e condição de mulher negra.

(...) me defino como uma militante feminista, pois como mulher e como negra sei bem como é grande o preconceito de gênero e as dificuldades que as mulheres enfrentam para obter melhores cargos e empregos, que antes eram espaços apenas para homens. Também participo de debates, pesquisas e movimentos feministas, e também sou pesquisadora do tema.

(...) Não me considero uma intelectual, penso que para ser uma intelectual, seria necessário ter um vasto conhecimento acerca de várias áreas. Procuo aprender e apreender apenas temas que me agradam e que eu tenha afinidade. (...) Sou apaixonada pela pesquisa quando se fala de negros e principalmente das mulheres negras, que são duplamente discriminadas, pois vivemos em uma sociedade totalmente machista e excludente.

(...) é muito difícil para um negro e, principalmente, para uma mulher negra, ter ascensão social e adentrar no mer-

cado de trabalho em condições de igualdade com os homens brancos e até mesmo com as mulheres brancas. (...) A mulher negra é a última na escala social, ocupando subempregos e com menores salários. Como mulher e negra, pude sentir na pele como foi difícil esta trajetória para que pudesse alcançar, com muita luta e esforço, um pouco do que a vida pode nos oferecer. Hoje sou assistente social, pós-graduada em gestão de políticas públicas e sociais, militante do movimento negro – causa pela qual não deixarei de lutar nunca, pela igualdade e por oportunidades iguais para negros e brancos, homens e mulheres.

Nesta minha trajetória de vida e, principalmente, de estudante, eu sempre observava na escola quantos negros havia no pátio, quantos tiveram acesso e a oportunidade de estudar em escolas particulares. Infelizmente, podia se contar nos dedos quantos negros e negras tiveram acesso ao ensino, seja técnico ou superior, ou até mesmo o ensino médio. Sempre digo que sou uma privilegiada porque não teria conseguido chegar aonde cheguei sozinha, tive a ajuda do meu marido que é um jornalista famoso e de prestígio (...). (...) Nas relações familiares, sempre digo aos meus filhos que precisamos nos impor, e não deixar que as pessoas preconceituosas e racistas nos humilhem ou nos menosprezem pela nossa cor. Digo sempre que somos todos iguais e temos o mesmo espaço ao solo, mas, infelizmente, nós negros precisamos lutar mais para galgar este nosso espaço (...).

Como sou mulher e negra, quis aprofundar as minhas pesquisas, queria saber se as mulheres negras sofreram e sofrem preconceito e quais foram as maiores dificuldades para adentrarem e serem inseridas no mercado de trabalho. Por isso, o meu TCC [trabalho de conclusão de curso de graduação] teve como tema: “A inserção da mulher negra no mercado de trabalho”. Foram entrevistadas dez mulheres negras, cinco delas em cargos subalternos e cinco delas em cargos de chefia. O mais interessante é que, quanto maior o grau de instrução e o cargo, maior é o preconceito. Há a não aceitação das pessoas ao ver uma mulher e negra atuando como chefe; para muitas pessoas, é uma humilhação, pois essas pessoas têm a ideia de que mulher negra só serve para ser faxineira (VENCEDORA, 01/2013).

Trabalhei bastante e consegui pagar um cursinho pré-vestibular durante seis meses. Ouvia sempre que seria muito difícil passar na universidade pública, porque eu vim de escolas públicas durante toda a vida. Assim que passei no vestibular, eu fiquei desempregada. Quando contei para minha mãe que havia passado no vestibular, ela chorou muito e, o que mais me doeu, foi que ela chorou de tristeza. Ela não sabia como iríamos fazer, pois ela não tinha nem o dinheiro do ônibus (...).

A graduação foi um espaço de questionamentos e afirmação de minha identidade, porque eu me via em um espaço muito contraditório. Para entender melhor este espaço, me envolvi em vários movimentos, como o estudantil, dos trabalhadores sem terra, marcha mundial de mulheres, dentre outros. Eu questionava as instituições, me questionava, posso afirmar que o crescimento como pessoa foi imensurável. Em alguns momentos, tive vontade de desistir. Às vezes me batia uma raiva, e me questionava o que uma pessoa que não tinha nem o dinheiro do ônibus estaria fazendo ali. Mas também entendia que isso não acontecia só comigo, mas com vários estudantes, e me tornei uma militante do movimento estudantil e da formação profissional. (...) As experiências militantes durante a graduação me marcaram bastante (...). Eu sempre fui uma pessoa questionadora de tudo, sempre achei o mundo muito injusto. Fazer o curso de Serviço Social aguçou muito os meus questionamentos, mudou totalmente minha visão de mundo. (GUERREIRA, 01/2013).

Acho que fazemos política o tempo todo. Até no fato de você se neutralizar frente a uma questão, você já reforça um lado. Não creio que possa me caracterizar como participante de um movimento em questão, pois não estou no meio da manifestação, não estou de corpo presente. Mas acho que posso, sim, me caracterizar como militante política quando defendo tal situação, seja através da difusão midiática, seja como formadora de opinião em conversas de bar, sala de aula, trabalho, seja através do Conselho Regional de Serviço Social/MG e suas bandeiras de luta. Tenho simpatia pelo movimento LGBT, dos sem-terra, pelo meio ambiente, a Marcha das Vadias (...).

Defendo a causa do movimento feminista, creio que essas diferenciações impostas pela sociedade só diminuam, limitam e oprimem as mulheres. Mas minha participação consiste na resistência, no debate com pessoas ao redor, no não me padronizar de acordo com o que a sociedade prega. Apesar de não estar de corpo presente nas manifestações, me considero uma militante, sim.

(...) Gramsci, ao falar dos intelectuais, considera que esses são formadores de opinião e contribuem para uma direção moral e intelectual de uma dada comunidade. Assim sendo, creio, sim, que sou uma intelectual, aliás, a profissão possibilita, mais ainda, esse caráter, uma vez que o contato com o usuário propicia essa construção/desconstrução de pensamentos, comportamentos, posicionamentos. Lógico, esse processo é gradual, mas efetivo. Para finalizar, digo que voltar ao passado não foi assim tão fácil, mas talvez tenha sido necessário, até mesmo para fazer um balanço e ver se essas memórias ainda me afetam tanto assim. E afetam. (FÊ, 12/2012).

De tal modo, salientamos a importância de protagonizarmos os “outros” sujeitos historicamente silenciados e subalternizados para alcançarmos, verdadeiramente, uma sociedade mais justa e igualitária, que celebre a diversidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Participar dessa pesquisa foi um grande avanço para conhecer meus entraves emocionais, meu perfil ideológico, político e, inclusive, militante. (...) Fez com que nos encarássemos de frente, resistindo a certos preceitos já tão arraigados em nossa sociedade e em nós mesmas. Fez com que nos questionássemos até onde podemos realmente ir, e porque ir. (...) Fez com que eu me enxergasse e me orgulhasse de mim, do meu gênero, da minha raça, mesmo trazendo à tona algumas sensações adormecidas, que foram muito dolorosas em outras épocas. Agora é trabalhar essas emoções e continuar na luta (Fé, 02/2013).

Este artigo apresentou um esforço de trazer reflexões acerca de algumas questões de grande importância para a sociedade brasileira, contudo, são questões ainda marginalizadas e secundarizadas. O empenho em proporcionar uma reflexão inovadora acerca das opressões racistas e sexistas, vivenciadas por mulheres negras na infância e adolescência, remonta à urgência de darmos voz e centralidade a segmentos historicamente silenciados pela ciência eurocêntrica.

Dessa forma, a finalidade de nosso estudo foi de proporcionar uma nova maneira de construir conhecimento, valorizando e dando ênfase ao saber que emerge desses “Outros” sujeitos, com especial atenção às suas experiências e vivências. Acreditamos que, a partir dessa nova metodologia adotada, é mais provável apreendê-los em toda sua complexidade.

É importante salientar o caráter coletivo na construção desse trabalho. Neste contexto, a participação ativa das colaboradoras, atuando como coautoras, não apenas na construção dos conteúdos, mas, principalmente, na própria estruturação do trabalho, foi fundamental para que pudéssemos revelar aspectos das discriminações de gênero e raça vividas na infância e adolescência de mulheres negras catrumanas.

Suas participações se deram, substancialmente, através das novas formas de informação em ciência e tecnologia (ICT) e redes sociais digitais. Com isso, pretendemos demonstrar como o uso das ferramentas da “era da informação” tem o potencial de contribuir na disseminação de ideias contra-hegemônicas, que

emergem de grupos historicamente subalternizados. Lançar mão destes recursos pode ser uma estratégia para dar voz a segmentos oprimidos e sempre silenciados e/ou criminalizados pelo paradigma dominante, mesmo que sejam ferramentas criadas no bojo da sociedade capitalista e que, em sua essência, contribuam no acirramento das desigualdades, reproduzam a opressão e reforcem a exclusão.

Os achados desta pesquisa apontam para a necessidade de aprofundar o conhecimento e desenvolver estratégias de intervenção junto às mulheres negras, com atenção a essas particularidades das opressões, as quais são submetidas, com foco na infância e adolescência.

Emocionante ler estes relatos e perceber o quanto as relações influenciam nas marcas que trazemos de nosso cotidiano. Ler essas falas também me provoca um sentimento de revolta, ao perceber que uma criança pode crescer, tornar-se adulta e recusar a sua identidade como mulher e, acima de tudo, como mulher negra na sociedade, pelo simples fato de sofrer por ter o tom da pele escuro. Tem dificuldade em estabelecer relações saudáveis por causa do sofrimento da discriminação que marca o seu cotidiano. Tem negada a sua autenticidade, alteridade e, acima de tudo, o convívio saudável. (...) não podemos continuar a permitir que tudo continue como natural (Coragem, 02/2013).

No que tange à identidade enquanto mulheres negras, o que percebemos é que este é um processo em construção, e que, no caso das nossas coautoras, ele se deu em momentos diferenciados. Também é possível compreender como as intersecções de raça e gênero contribuem no grau de discriminação e preconceitos vivenciados.

Outro aspecto importante que foi possível identificar através dos relatos é a contribuição da inserção no ensino superior para a (des)construção de ideias e conceitos. Esse momento, na fala da maioria de nossas coautoras, foi crucial para o reconhecimento e descoberta da identidade. Igualmente, a militância, em casos mais específicos, se mostrou fundamental para a aceitação e, mais do que isso, a valorização da identidade de raça e de gênero.

Bom, a participação neste trabalho foi de extrema importância. Primeiro, porque sempre quis dividir tudo isso que passei durante muito tempo, mas queria que quando isso acontecesse, quem ouvisse desse importância ao que eu estava falando, ao que senti, ao que passei, e este trabalho me deu esta oportunidade. Pensei que desenterrar tudo que relatei fosse me trazer sen-

timentos ruins, como medo, angústia, insegurança, e foi justamente o contrário. Pude perceber o quanto amadureci como ser humano, como mulher, como militante, e o quanto sou forte. Gostaria de encerrar com uma frase que gosto muito e que pode enriquecer este trabalho: “Quem não se movimenta, não consegue sentir as correntes que o prendem”, de Rosa Luxemburgo (Guerreira, 02/2013).

No que diz respeito à infância e às opressões multifacetadas que são experimentadas nesse período, o primeiro aspecto relevante é o papel da escola na perpetuação de discriminações e estereótipos. O que percebemos é que instituição escolar, embora tenha o potencial de romper com os preconceitos e valorizar a diversidade, edifica e reproduz as desigualdades e discriminações. Isso ficou evidente na fala das coautoras, e, através dos relatos, inscrevemos a urgência de se pensar estratégias para que a escola possa, realmente, ser um espaço de aprendizado e celebração das diferenças, em um contexto de igualdade, contribuindo na construção de uma sociedade mais justa.

A relevância da temática é inquestionável. Participar da pesquisa e estar em contato com os relatos das demais participantes me colocou diante de questões, nas quais eu não costumava pensar com tanta profundidade. Somos sempre levados a acreditar que não é tão grave assim, que pode ser algo que estamos criando ou supervalorizando. Essa troca me mostrou que é muito mais que isso. Não é abstrato. São questões mais que reais, mais que marcantes e que refletem no nosso modo de nos relacionar. E são tão cotidianas! Acredito que as vivências são todas muito válidas para a análise, embora dolorosas, às vezes. A discussão me fez pensar, mais uma vez, no lugar que ocupo e em como sou vista (Amora, 02/2013).

Também destacamos como a imposição estética é perversa e impactante na subjetividade das mulheres negras. O cabelo crespo, que aparece como sinônimo de sofrimento para a maioria das entrevistadas, é o principal alvo da discriminação alicerçada por valores eurocêntricos que ainda possuem uma penetração muito profunda em nossa sociedade. É apenas após a tomada de consciência da condição de mulher negra e compreensão de que esta pode ser uma identidade positiva, é que as colaboradoras manifestam desejo em assumir os cabelos naturais. Também na adolescência, surgiu nas falas de algumas colaboradoras a reflexão acerca do padrão de beleza, mas conforme alguns relatos, esta percepção aparece atrelada

à da concepção sexualizada da mulher negra, o corpo fácil que pode e deve ser maculado.

É imprescindível atentar para como, na passagem da infância para a adolescência, se dá o adensamento das discriminações relacionadas à raça e ao gênero. O que, muitas vezes, é compreendido como “brincadeiras” na infância, na tentativa de escamotear e amenizar os preconceitos, na juventude aparece com novas conotações, revelando a verdadeira face de abuso, violência e desrespeito, que envolvem as opressões de gênero e raciais.

Soma-se a isso à repressão religiosa, aspecto importante apresentado nas vivências de algumas entrevistadas, e também como as matizes de cor no Brasil servem como mecanismo de hierarquização, como no caso de uma colaboradora, que foi discriminada por uma jovem negra, porém de pele mais clara.

Contudo, o nosso maior objetivo é mostrar, por outro lado, as estratégias de resistência e de superação que emergem de nossas coautoras. Nesse contexto, percebemos como elas se inscrevem como intelectuais, na acepção gramsciana já apresentada, ainda que a maioria não se reconheça como tal. De fato, a população negra e, mais ainda, as mulheres negras, são, no imaginário social construído historicamente, os que devem ocupar os espaços de menor prestígio na sociedade e os trabalhos tidos como subalternos. Essa ideia é tão profundamente enraizada, corroborada pelos meios de comunicação em massa e por diversas instituições – como a escola, que, para os negros, é difícil entender que podem ser, ou que já são, intelectuais.

Para mim, é motivo de muita alegria e orgulho participar deste trabalho. É muito interessante ler cada frase de sua construção e saber que fizemos parte dela. Em cada fala é relatada a história de vida dessas mulheres negras, mulheres fortes, que lutaram para vencer o racismo e o preconceito de gênero. Lutaram para conquistar o seu espaço enquanto mulher negra, enquanto profissional do serviço social. Realmente não sabemos definir quais dos preconceitos são mais fortes, o racial ou de gênero, ou até mesmo o de lugar. Digamos que eles estão entrelaçados em três palavras muito fortes: *Mulher Negra Catrumana*.

(...) É bastante louvável iniciativas como a da nossa autora, em discutir, estudar, pesquisar e comprovar fatos que mostrem o quanto as mulheres negras são discriminadas ainda hoje. Como disse anteriormente, em uma das minhas falas, eu amo ser negra e amo mais ainda pesquisar e discutir sobre este assunto, pois os preconceitos só irão diminuir na medida em que este assunto for destacado, para que um dia sejamos todos tratados como iguais, brancos e negros, homens e mulheres (Vencedora, 02/2013, negritos originais).

Por fim, as trajetórias de vida de nossas coautoras revelam aspectos cruciais da construção de suas identidades. Foi possível identificar a intersecção de raça, gênero e classe, a entrada na universidade, as militâncias e a assunção de uma postura afirmativa na sociedade com relação a uma identidade de mulher e negra, pautada na diferença em um contexto de igualdade.

Assim, os diversos aspectos revelados no estudo demonstram que este é, sem dúvida, um assunto caro ao Serviço Social, enquanto profissão que intervém na realidade dos sujeitos, e que pode tanto corroborar com as desigualdades e perpetuar as discriminações, quanto contribuir no fortalecimento de identidades e empoderamento dos sujeitos. É preciso romper com a invisibilidade histórica que atravessa o cotidiano das mulheres negras, em especial das crianças e das adolescentes, por ser esta uma fase peculiar de desenvolvimento, que demanda proteção da sociedade e do estado.

## **“TO SKIN DEEP”: MEMORIES OF EXPERIENCES OF RACISM AND SEXISM IN CHILDHOOD AND ADOLESCENCE OF BLACK SOCIAL WORKERS CATRUMANAS**

### **ABSTRACT**

This article is part of my research that aimed learn and comprehend the racism and sexism naturalization means, which are systematically experienced by female black girls and adolescents, based on the memories of seven volunteer research participants. Those are social workers from the Northern region of Minas Gerais state (representatives of the *catrumana* identity), as well as the author of this work. The findings of this research point to the need to increase knowledge and develop strategies for intervention among black women, with attention to the particularities of oppression, which are submitted, focusing on childhood and adolescence, as preconized by the Brazilian *Estatuto da Criança e do Adolescente* (Law 8.069/1990).

**Keywords:** Identities. Black Women. Childhood and Adolescence. Racism. Sexism.

### **NOTAS**

- <sup>1</sup> Movimento Catrumano surge como tentativa de consolidar uma identidade norte-mineira positiva: movimento pela pretensão de significar que se trata de iniciativa social, que não se esgotará em um ou poucos atos, mas que permanecerá até que seus objetivos sejam alcançados, mas sem caráter partidário; o adjetivo “catrumano”, embora portador de um significado

pejorativo da gente dos gerais, é originalmente dotado de outro significado, sem tonalidades de depreciação, identifica a própria gente desses sertões, seu peculiar modo de vida, costumes, mundividência, e é neste sentido que está sendo utilizado de modo a referenciar nitidamente o sertanejo de Minas Gerais.

<sup>2</sup> *bell hooks* é o pseudônimo de Gloria Jean Watkins, escritora norte-americana. O apelido que ela escolheu para assinar suas obras é uma homenagem aos sobrenomes da mãe e da avó. O nome é grafado em letras minúsculas por opção da própria autora.

<sup>3</sup> Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/servicos/banco-de-teses/>>. Último acesso em 21/12/2011.

<sup>4</sup> Os nomes verdadeiros foram substituídos por pseudônimos indicados pelas próprias colaboradoras.

## REFERÊNCIAS

BOSI, E. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. 3. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

BRASIL. *Lei nº 8060/1990*. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília: Cortez, 2006.

CAPES. *Banco de teses*. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/servicos/banco-de-teses>>. Acesso em: 10 dez. 2011.

DOS SANTOS, C. M. *Na prática a teoria é outra? Mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

ESCOBAR, A. Actores, redes e novos produtores de conhecimento: os movimentos sociais e a transição paradigmática nas ciências. In: SANTOS, B. de S. (Org.). *Conhecimento Prudente para uma Vida Decente – “Um discurso sobre as Ciências” revisitado*. São Paulo: Cortez, 2004.

FONSECA, D. P. R. da. Introdução – Sujeito político e objeto de estudo: As mulheres negras que falam aqui. In: FONSECA, D. P. R. da; LIMA, T. M. de O. (Org.). *Outras Mulheres: Mulheres negras brasileiras ao final da primeira década do século XXI*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2012.

GUIRALDELLI, R. A pesquisa como subsídio para a prática profissional do assistente social. *Revista Conexão Geraes*, BH: CRESS-MG 2 semestre de 2012.

HOOKS, b. Alisando o Nosso Cabelo. *Revista Gazeta de Cuba* – Unión de escritores y Artista de Cuba, janeiro-fevereiro de 2005. Tradução do espanhol: Lia Maria dos Santos. Disponível em: <coletivomarias.blogspot.com/.../alisando-o-nossocabelo.html>. Acesso em: 24 dez. 2011.

NOGUEIRA, O. *Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais*. São Paulo: Queroz, 1979.

SEMERARO, G. Intelectuais “orgânicos” em tempos de pós-modernidade. *Caderno Cedes*, Campinas, v.26, n.70, p. 373-391, set-dez./2006. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em 13 out. 2011.